

TERRITÓRIO E GEOGRAFIA NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA *

Lucas Labigalini FUINI¹

Resumo

O objetivo desse artigo é fazer uma investigação sobre o movimento de renovação e atualização do conceito de território, observando, sobretudo, o olhar dado pela Geografia brasileira. A proposta é construir um panorama teórico das diferentes contribuições recentes à abordagem territorial em termos políticos, socioeconômicos e culturais. Considerando as diferentes definições dadas ao conceito e suas variâncias explicativas (des/micro-territorialidades, des-territorializações, movimentos socioterritoriais, desenvolvimento territorial), o território pode ser considerado o conceito fundamental da ciência geográfica contemporânea tanto por fatos internos à própria evolução epistemológica da ciência e suas correntes de pensamento, quanto por fatores externos relativos aos processos socioeconômicos, políticos e culturais de mudança caracterizados pela globalização e a pós-modernidade.

Palavras-chave: território; Geografia brasileira; des-territorialização; micro/des-territorialidades; movimento socioterritorial; desenvolvimento territorial; ensino de Geografia.

TERRITORIO Y GEOGRAFÍA EN BRASIL: A REVISIÓN DE LA LITERATURA

Resumen

El objetivo de este trabajo es investigar sobre el movimiento de renovación y actualización del concepto de territorio, destacando sobre todo la mirada propuesta por el Geografía brasileña. La propuesta es la construcción de una visión teórica de las contribuciones recientes en enfoque geográfico en términos políticos, socioeconómicos y culturales. Teniendo en cuenta las diferentes definiciones que se dan con el concepto y sus diferentes variaciones explicativas (des / micro - territorialidad, desterritorialización, los movimientos socio- territorial, de desarrollo territorial), el territorio puede ser considerado como el concepto fundamental de hechos contemporáneos de ciencias geográficas por tanto factores internos a los desarrollos epistemológicos la ciencia y sus escuelas de pensamiento, como por factores externos relacionados con los procesos de cambio socio-económicas, políticas y culturales que se caracterizan por la globalización y la posmodernidad.

Palabras clave: territorio, la geografía brasileña, desterritorialización; micro/des - territorialidad; movimiento socioterritorial, el desarrollo territorial, la enseñanza de la Geografía.

TERRITORY AND GEOGRAPHY IN BRAZIL: A LITERATURE REVIEW

Abstract

The aim of this paper is to research on the movement of renewal and updating the territory concept, noting especially the look given by the Brazilian Geography. The proposal is to build a theoretical

* Esse texto é resultante de reflexões realizadas para elaboração do projeto de Pós-doutorado “Território e Geografia no Brasil: Uma análise da produção científica no período contemporâneo” que será desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia da Unesp-Presidente Prudente e do Gasperr (Grupo Acadêmico de Pesquisas sobre Produção do Espaço e Redefinições Regionais).

¹ Professor Assistente Doutor do Curso de Geografia da Univ. Estadual Paulista/Unesp, Campus de Ourinhos. É coordenador do projeto regular de pesquisa FAPESP (2011/20203-8), líder e integrante de Grupo de Pesquisa do CNPq e coordenador do Laboratório de Geografia Humana. Email: lucasfuini@ourinhos.unesp.br.

overview of various recent contributions to the territorial approach. Considering the different definitions given to the concept and its explanatory variances (des / micro - territoriality , de-territorialization , socio-territorial movements , territorial development) , the territory may be regarded as the fundamental concept of contemporary geographical Science, by internal facts to the epistemological developments science and their schools of thought, as by external factors related to socioeconomic, political and cultural change processes characterized by globalization and postmodernity .

Keywords: territory; Brazilian Geography, de-territorialization; micro/de-territoriality; socioterritorial movement, territorial development; teaching of Geography.

1. Introdução

O *Minidicionário Michaelis de Língua Portuguesa* nos traz uma definição de território como um “terreno mais ou menos extenso; um porção da superfície terrestre pertencente a um país, Estado, município ou distrito” (WEISZFLOG, 2000, p. 305). O Dicionário Online Priberam simplifica o significado de território como “área dependente de uma nação, província ou localidade, termo ou jurisdição” (<http://www.priberam.pt>).

Não é demais lembrar que nas ciências o território é um conceito e, como conceito, é sistematizado na Geografia, mais precisamente a política, por Friedrich Ratzel (1844-1904), entendendo o território como o espaço sobre o qual se exerce a soberania do Estado. A partir dessa perspectiva de território estritamente política e institucional, é necessário ressaltar que a ciência geográfica brasileira e mundial de fins do século XX e início do século XXI buscou ir além, explorando os aspectos econômicos, culturais e sociais do termo, dotando-o de maior complexidade explicativa e densidade teórica.

Segundo Saquet (2007), o conceito de território não foi central no processo de renovação da Geografia brasileira ocorrido entre 1960 e 1980, movimento mais centrado no conceito de espaço geográfico, sobretudo por aqueles que seguiam a teoria do valor de Karl Marx (1818-1883). A verdadeira expansão e qualificação desses estudos de território e territorialidade ocorre no início dos anos 1990, com a retomada do conceito como conteúdo explicativo das práticas sociais e espaciais vigentes.

Santos (2002) ressalta, em texto de 1993, que os novos recortes e as novas formas de funcionamento do território decorreriam, além do papel da ciência, da tecnologia e da informação transformados pela mundialização/globalização², das horizontalidades (contiguidade territorial entre

² Globalização pode ser entendida como um processo de crescente integração econômica do mundo pela ação das grandes corporações transnacionais e pela interdependência dos mercados financeiros dos países. Portanto, é um processo que traz em seu bojo a perspectiva da mundialização do capital. Além disso, como período histórico, seu ápice seria evidenciado em início dos anos 1990, período que muitos autores classificam como paradigmático, pois nele se deu a derrocada do bloco comunista, a expansão do capitalismo pelo leste europeu e o continente asiático, a crise do fordismo e sua substituição por um modelo de acumulação flexível e o advento da economia informacional impulsionada pela internet e por outras TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação). Além disso, em termo políticos, propõe-se como saída para a crise do capitalismo de fins dos anos 1970, um modelo de Estado

lugares vizinhos que permitem um acontecer solidário) e das verticalidades (formadas por pontos distantes ligados por formas e processos sociais, como as redes). Spósito (2003) acrescenta que atualmente, com as mudanças correntes no mundo, pode-se procurar dois caminhos para a compreensão do território. O primeiro, pelo viés do desenvolvimento tecnológico e das redes tecnológicas a superarem as barreiras de distâncias que contestam as fronteiras territoriais tradicionais e fazem emergir, simultaneamente, novas necessidades e reivindicações fronteiriças nacionais e de grupos minoritários. O segundo, pelo viés das territorialidades individuais, com forte conteúdo imaterial e simbólico, remetendo às experiências cotidianas coletivas e singulares (de satisfação, necessidades e da liberdade) em espaços e tempos que se expressam em relações de uso, apropriação e controle de áreas específicas – os territórios – que podem estar associados a casa, rua, ambiente de trabalho, grupo de pessoas, como manifestações de solidariedades e territorialidades.

Desse modo, podemos definir o território, na perspectiva atual, como um recorte ou espectro do espaço geográfico definido por e a partir de relações de poder, controle, apropriação e uso, sendo que essas relações são definidas em termos políticos e político-institucionais, em termos econômicos e socioeconômicos e em termos culturais e simbólico-imateriais. Território também é um conceito de conotação socioespacial que pode ser apreendido em perspectiva multiescalar, em termos locais, regionais, nacionais e globais, considerando as lógicas de comando dos fluxos que o define, entrecruzando normais globais com as normais locais (COSTA, 2004; SAQUET, 2007; SANTOS, 1996).

O objetivo desse artigo é fazer uma investigação sobre o movimento de renovação e atualização do conceito de território, observando, sobretudo, o olhar dado pela Geografia brasileira referente a obras produzidas nos últimos vinte anos, desde o *insight* teórico dado por Milton Santos em seu texto "*O retorno do território*" publicado por ocasião do evento "*Território, globalização e fragmentação*", realizado em fins de abril de 1993, na Universidade de São Paulo/USP³. A importância desse evento decorre da grande reunião de pensadores de influência da Geografia brasileira e de áreas afins interessadas em analisar o denominado “ressurgimento do território” na dinâmica social, econômica e política de fins do século XX. A proposta é construir um panorama teórico das diferentes contribuições recentes à abordagem territorial, sendo, pois, um esforço de síntese que compõe um projeto de pesquisa mais amplo que visa investigar os principais autores,

mínimo de tipo neoliberal, que passa a ser implantado, através de recomendações do FMI, em países endividados da América Latina. Trata-se, em suma, de um processo assimétrico que reproduz as desigualdades do capitalismo entre países e regiões, diferenciados, como nos diz Castells (1999), entre os núcleos globalizadores dos núcleos globalizados, ou, como nos diz Santos (2003), entre as regiões do mandar/do fazer, os espaços densos/rarefeitos e os espaços luminosos/opacos em termos de investimentos e tecnologia.

³ O referido evento reuniu importantes autores da ciência geográfica brasileira e foi organizado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional/ANPUR e pelo Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo/USP.

influências e a intensidade de trabalhos vinculados à discussão do território nos últimos vinte anos.

Nesse sentido, partimos dos seguintes questionamentos centrais para direcionar a presente abordagem: *a)* Já se constituiu na Geografia brasileira uma tradição ou escola de abordagem territorial, sobretudo nos últimos vinte anos?; *b)* Quais são as principais referências teóricas dos estudos a reivindicar o uso do “território” como eixo de análise?; *c)* É possível identificar as principais perspectivas de análise dos estudos “territoriais” recentes na ciência geográfica brasileira? É através de uma vertente de visão integradora e sistêmica que pretendemos trabalhar neste texto.

O recurso metodológico da revisão bibliográfica será fundamental nessa abordagem, assim como pela leitura radical, crítica e totalizante do objeto de estudo (SPÓSITO, 2003). Nesse sentido, seguiremos como referências teóricas as ideias de abordagem territorial tanto estruturalistas quanto sistêmicas a considerar o território como uma unidade espacial de investigação, o “espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Além disso, como território usado, sua “funcionalidade depende de demandas a vários níveis, desde o local até o mundial, sendo que a articulação entre as suas diversas frações ocorrem através dos fluxos criados e mantidos por atividades, população e herança espacial” (SANTOS, 1992).

O território é, portanto, resultante das ações e pode ser representado de diferentes maneiras, envolvendo e sendo envolvido pelos aspectos materiais e imateriais de suas territorializações e desterritorializações, territorialidades e desterritorialidades, multiterritorializações e multiterritorialidades (COSTA, 2004; SAQUET, 2007). Nesse sentido, este artigo busca compreender a lógica territorial que a ciência geográfica brasileira construiu, sobretudo a mais recente, constituindo em uma análise que se compartimenta em três partes centrais: uma primeira, a abordar as diferentes definições para o conceito; uma segunda, a ressaltar o processo de renovação do conceito e as novas abordagem surgidas a partir dos anos de 1990; a terceira, que esboça um quadro de variações do conceito, com algumas nuances ou designações.

2. Definindo o território e sua fundamentação político-estatal

O território é um dos conceitos fundamentais da ciência geográfica e, no período atual, se encontra cada vez mais presente em trabalhos acadêmicos explicando, de diferentes formas, a maneira como a sociedade se apropria e produz o espaço, através de determinantes políticos, econômicos e culturais. Segundo Spósito (2003), o território é comumente confundido com o espaço, no entanto, se refere, em sua especificidade, a uma porção do espaço ocupado por uma pessoa, grupo ou Estado. Assim, o território torna-se “concreto quando associado à sociedade em

termos jurídicos, políticos ou econômicos”.

Costa (2004) afirma que o território, fruto da interação sociedade-natureza, só pode ser compreendido quando se abordam suas três dimensões principais: *a) política ou jurídico-política* – “é visto como um espaço delimitado e controlado através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes relacionado ao poder do Estado” (p. 40); *b) cultural, culturalista* ou simbólico-cultural, que prioriza a dimensão simbólico-subjetiva, em que o território é visto como “o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação espaço vivido” (p. 20); *c) economicista*, a enfatizar a dimensão espacial das relações econômicas, o território visto como fonte de recursos ou incorporado no embate entre classes sociais, na relação capital-trabalho ou como produto da divisão territorial do trabalho⁴.

Saquet (2007) define o território pelas relações de poder que ele enseja, tanto em termos de materialidades quanto imaterialidades. Seriam “relações de poder que estão nas famílias, nas universidades, no Estado nas suas diferentes e complementares instâncias, nas fábricas, na Igreja, enfim, em nossa vida cotidiana” (SAQUET, 2007, p. 25). Santos e Silveira (2010) afirmam que a análise geográfica se interessa pelo território usado, os diversos usos do território. Território usado seria sinônimo de espaço geográfico, sendo, em primeira instância, definido como o nome político para o espaço. Além disso, como extensão espacial apropriada e usada, pensa-se em território associado à sua territorialidade humana, ou seja, “a preocupação com o destino e a construção do futuro”.

Dessa forma, o território é visto pelos autores acima pelo prisma da unidade/diversidade e como questão central da história humana, sendo, pois, definido por três atributos centrais: *a)* pela materialidade dos sistemas técnicos e seus modos de organização e regulação, definindo uma divisão territorial do trabalho pela distribuição do trabalho (vivo e morto) nos lugares; *b)* pelas formas herdadas do processo de reconstrução da sociedade no território, as formações socioespaciais, definindo uma hierarquia de lugares pela ação das pessoas, firmas e instituições; *c)* dos *usos do território* pela implantação de infraestruturas (*sistemas de engenharia*) e pelo dinamismo da sociedade, da economia e da cultura.

Desse modo, as primeiras concepções de território sugeriam seu condicionamento ao

⁴ A geógrafa Tânia Maria Fresca, em artigo de 2010 a tratar da relação entre rede urbana e divisão territorial do trabalho, define a última como sendo “fruto da diferenciação interna do espaço provocada pela expansão do capital” (p. 119). Posto isso, para a referida autora, a concepção de divisão territorial do trabalho estaria associada à ideia de divisão social do trabalho oriunda da obra de Karl Marx, definida por Lênin (1982, p. 275), da seguinte forma: “à especialização de certas regiões na produção de um único artigo, às vezes de uma única variedade de um artigo e até de uma única parte de um artigo” (p. 120) . Assim, permite-se correlacionar a divisão territorial do trabalho moderna, do capitalismo, com a indústria, sendo que “elementos oriundos de diferentes processos e momentos históricos específicos forem introduzidos ou expandidos, como inovações na produção agrícola, industrial, nos transportes, comunicações, etc., a divisão territorial do trabalho será modificada” (p. 120).

Estado-nação, como nos coloca Saquet (2007) sobre as ideias de Friedrich Ratzel, geógrafo alemão. Ratzel buscava estabelecer a ideia de território da biologia como similar àquele do Estado, para fins geopolíticos e ligado fortemente às ideias de solo e recursos naturais.

Santos (2002) contribui com a análise política do território ao afirmar, em obra escrita nos anos 1970, intitulada "*Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*", que o território é um dos três elementos fundamentais a formar o Estado-nação, ao lado do povo e da soberania. Além disso, ao definir que a utilização do território pelo povo forma o espaço geográfico, qualifica o território como imutável em seus limites, um dado fixo, mas com extensão variável na história, variável conforme os usos do poder e as relações entre classes sociais que definem suas formas de ocupação. O território seria resultado das inter-relações entre sociedades territoriais, modos de produção, sistemas políticos e o sistema internacional.

Porto-Gonçalves (1993) define os Estados territoriais modernos como uma instituição surgida no século XVII, através do Tratado de Westfália⁵, que fundou o direito internacional (ou interestatal) para garantir a integridade territorial de Estados e nações, dando segurança às relações comerciais de uma classe social então emergente, a burguesia, através da defesa das fronteiras territoriais pelos Exércitos nacionais. O autor afirma, no entanto, que o Estado territorial moderno só se transformou em Estado nacional no século XIX, quando incorporou as demandas da sociedade civil e das camadas proletárias que apareciam como elementos protagonistas da história. Portanto, a passagem dos Estados territoriais modernos para a figura dos Estados nacionais decorre de seu papel de mediação das políticas sociais. Moraes (2002) reconhece que Estado e território são dois conceitos profundamente entrelaçados no mundo moderno, podendo-se falar de Estados territoriais. A construção política do Estado dependeria do domínio territorial efetivo sobre uma porção da superfície (base física do poder), mas sua consolidação ocorre por um processo de construção de um espaço político, jurídico e econômico, o país. Assim, “falar de territórios contemporâneos seria falar dos espaços de exercício do poder estatal principalmente” (MORAES, 2002, p. 64).

⁵ Segundo Magnoli (2008), o tratado de Westfália, ou Paz de Westfália (ou mesmo Tratados de Münster e Osnabrück, cidade alemãs onde foi assinado o referido tratado), designa uma série de [tratados](#) que encerraram a [Guerra dos Trinta Anos](#) e reconheceram oficialmente as [Províncias Unidas](#) e a [Confederação Suíça](#). O Tratado Hispano-Holandês, que pôs fim à [Guerra dos Oitenta Anos](#), foi assinado no dia [30 de janeiro](#) de 1648 (em [Münster](#)). Já o tratado assinado em [24 de outubro](#) de 1648, em [Osnabrück](#), entre [Fernando III, Sacro Imperador Romano-Germânico](#), os demais príncipes alemães, [França](#) e [Suécia](#), pôs fim ao conflito entre estas duas últimas potências e o Sacro Império. O [Tratado dos Pirinéus \(1659\)](#), que encerrou a guerra entre França e [Espanha](#), também costuma ser considerado parte da Paz de Westfália. Este conjunto de diplomas inaugurou o moderno [Sistema Internacional](#), ao acatar consensualmente noções e princípios como o de [soberania estatal](#) e o de [Estado-nação](#). Embora o imperativo da paz tenha surgido em decorrência de uma longa série de conflitos generalizados, surgiu com eles a noção embrionária de que uma paz duradoura derivava de um [equilíbrio de poder](#), noção essa que se aprofundou com o [Congresso de Viena \(1815\)](#) e com o [Tratado de Versalhes \(1919\)](#). Por essa razão, a Paz de Westfália costuma ser o marco inicial nos currículos dos estudos de [Relações Internacionais](#).

3. O processo de renovação e aparecimento de novas perspectivas territoriais

Segundo Saquet (2007), dos anos 1950 aos 1970 surgiram novas abordagens que buscavam superar o positivismo e neopositivismo na ciência geográfica, colocando novamente no debate o conceito de território, valorizando-se os aspectos históricos e sociais inerentes ao processo de ocupação e produção de determinadas áreas do espaço.

Com base na obra de Dematteis (1969; 1970), Saquet (2007) enfatiza a ideia de território como “área e, sobretudo, como relação social, econômica e política” (p. 50) e, “organizado pela sociedade que transforma a natureza, controlando certas áreas e atividades, política e economicamente, significa relações sociais e complementaridade, processualidade histórica e relacional” (p. 51), apontando, no entanto, suas desigualdades entre níveis territoriais (do local ao global).

De modo que é ao final dos anos 1970 e durante os 1980 que o conceito de território apresenta uma verdadeira “guinada”, adquirindo posição de centralidade nas ciências humanas. Duas tendências pareceram se destacar nesse debate: uma de cunho mais materialista-histórico e marxista, a tratar da produção e domínio do espaço e da relação capital-trabalho *vis a vis* às contradições e conflitos sociais (Henri Lefévre; David Harvey; Massimo Quaini) e outra, de cunho mais humanista e cultural, apesar de certa influência marxista, dando destaque às territorialidades e desterritorializações que se definem pelos fluxos “decodificados de produção e os mercantis”, a escapar dos contornos estatais, bem como pelas subjetividades dos “desejos, dos sonhos, do amor e da esquizofrenia”, atrelada à reprodução do capital e ao processo de reterritorialização no nível imaginário (Michael Foucault; Gilles Deleuze; Félix Guattari) (SAQUET, 2007).

No Brasil, em fins dos anos 1980 e durante os anos 1990, um autor fundamental a explorar as diferentes aplicações do conceito de território foi Manuel Correia de Andrade (1922-2007). Influenciado por um contexto de mudanças teórico-metodológicas na Geografia brasileira, esse influente professor e pesquisador brasileiro constrói um arcabouço de conhecimento em perspectivas variadas, desde a influência da perspectiva de análise regional francesa, passando pela linha neoclássica dos teóricos da localização e da polarização econômica, até se chegar na leitura mais recente do espaço pelo viés do materialismo histórico e dialético e a compreensão do desenvolvimento geográfico desigual e combinado. Na obra "*A questão do território no Brasil*", com primeira edição de 1995, Andrade (2004) destaca que o conceito de território foi utilizado desde o século XIX por autores como Friedrich Ratzel e Elisée Reclus (1830-1905) e que não deve ser confundido com espaço e lugar, estando associado à ideia de domínio ou gestão de determinada área, considerando-se a ideia de poder, tanto o exercido pelo poder público, o estatal, quanto pelo

poder das grandes empresas.

Em fins dos anos 1980 e início dos 1990 surgiram obras de dois autores que influenciaram sobremaneira o ponto de vista de geógrafos brasileiros sobre as questões territoriais. O primeiro, o francês Claude Raffestin (1936-), cuja obra *“Por uma geografia do poder”* (1993), em sua versão traduzida, ganha grande popularidade no Brasil. Esse pensador retoma muitas das diversas abordagens geográficas e não geográficas na discussão territorial (geopolíticas, materialistas e humanísticas) e define o território como “o espaço socialmente apropriado, produzido e dotado de significado (...), a prisão original, a prisão que os homens constroem para si” (COSTA, 2004, p. 82, 83).

O território, para Raffestin (1993), é um espaço relacional, inventado pelos homens, compondo-se de duas faces, uma material (expressão) e outra significativa/simbólica (conteúdo) e definido fundamentalmente por relações de poder, que “não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc), mas são imanentes a elas.

Outro cientista social de relevo nesse debate foi Robert Sack, que no final dos anos 1980 desenvolve uma importante reflexão sobre a “territorialidade humana”. Em sua concepção, a territorialidade é a qualidade necessária para a construção de um território, “o controle sobre uma área ou espaço que deve ser concebido e comunicado” e “a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica”, o território (COSTA, 2004, p. 86-87).

Na Geografia brasileira, outra importante influência nas abordagens de cunho territorial (principalmente em estudos de cunho econômico e urbano) decorre do uso da noção de configuração ou estrutura territorial, sinônimo de organização espacial, termos desenvolvidos por Milton Santos (1926-2001) e também adotados e adaptados por outros geógrafos, como Roberto Lobato Corrêa (1939-).

Corrêa (2000) aponta que a organização espacial seria a segunda natureza, a natureza primitiva transformada pelo trabalho social. Além disso, em termos metodológicos, a organização espacial poderia ser estudada pelos seguintes vieses: da relação entre capital e Estado; como reflexo social e condição da reprodução social; pelo modelo de estrutura-processo-função-forma de Milton Santos (1992) e pela ótica dos movimentos sociais e suas lutas no espaço urbano capitalista. Nesses eixos de análise de método estão aglutinados os trabalhos que direta ou indiretamente se valeram da perspectiva territorial para analisar a realidade socioeconômica e espacial em fins dos anos 1980 e durante os anos 1990.

Em 1993, em marco fundamental da “valorização do território” e já mencionado por Saquet

(2007), ocorre o “Seminário internacional *‘Território, globalização e fragmentação’*”, organizado pela Anpur e sediado na Universidade de São Paulo/USP. Desse encontro surgiu a obra de compilação “*Território, globalização e fragmentação*”, organizada pelos professores Milton Santos, Maria Adélia Souza e Maria Laura Silveira. No primeiro texto desse livro, de Milton Santos, já é lançada uma provocação aos geógrafos brasileiros com o título “O retorno do território”. Superando a ideia de território apenas como o “fundamento do Estado-nação”, Santos (2002) afirma que o território hoje se encontra transnacionalizado diante da crescente integração da ciência com a tecnologia e a informação, devendo-se tratar do “território usado”, sinônimo de espaço humano ou habitado. Esse território comporta uma dialética devido ao controle local da parcela técnica da produção e um controle remoto da parcela política. Além disso, o território pode ser formado de lugares contíguos e lugares em rede, em um acontecer simultâneo definido ora pelas verticalidades das grandes empresas, ora pela informação especializada e complementaridade rural-urbano e entre cidades e ora pelas novas solidariedades entre os lugares, chamadas de horizontalidades, base da vida comum, criando normas locais e regionais.

Esse impulso para a retomada de estudos geográficos referendados pelo conceito de “território” decorre, além dos fatores internos relativos à própria evolução do pensamento científico, por causas externas inerentes ao contexto econômico, político e cultural emergente e de suas consequências sobre o arranjo espacial. Dois paradigmas fundamentais que marcam esse período contemporâneo seriam o da “pós-modernidade”, com a compressão do espaço pelo tempo, de David Harvey (1989), e o da globalização, explorado por diversos autores, como Milton Santos (1996; 2003).

Harvey (1989), na obra *“Condição pós-moderna”*, explora os aspectos de mudança nos modos de produção, na arquitetura e urbanismo e nas artes para definir esse movimento de mudança como a “continuidade da condição de fragmentação, efemeridade, descontinuidade e mudança caótica no pensamento” (p. 49), ressaltando também que a “maioria dos pensadores pós-modernos está fascinada pelas novas possibilidades de informação e de produção, de análise e transferência de conhecimento” (p. 53). Daí que essa condição pós-moderna, ao trazer em seu bojo a transição do fordismo para a acumulação flexível, implica em novas formas organizacionais e tecnologias produtivas que buscam diminuir o tempo de giro do capital em muitos setores de produção, com sistemas aperfeiçoados de comunicação e fluxos de informações a possibilitar a rápida circulação de mercadorias no espaço, além da crescente mobilidade geográfica do capital em deslocalização e realocações industriais, criando a aparente impressão de “encurtamento das distâncias físicas”, a compressão do espaço, diante da também aparente homogeneização cultural do mundo pelos

sistemas de comunicação e da “indústria produtora de imagens” (produções televisivas, marketing direto, mídia em geral) (HARVEY, 1989) ⁶.

No entanto, é preciso ressaltar, como coloca Santos (2003), que a globalização também aparece como uma fábula, o mundo tal como nos fazem crer. Isso decorre do quadro ideológico posto que apregoa a ideia de "encurtamento das distâncias" associada à homogeneização do planeta por um mercado avassalador dito global. No entanto, as diferenças locais são aprofundadas, pois a busca de uniformidade a serviço dos atores hegemônicos não tornou o mundo mais unido, pelo contrário, torna-se cada vez mais distante a utopia de uma cidadania universal. Assim, Santos (2003) ressalta esse elemento de diferenciação histórico-temporal ao definir a globalização como o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista, graças ao avanço da ciência e dos sistemas técnicos presididos pela informação, dando condições para a emergência de um mercado dito global que passa a controlar os processos políticos com o objetivo de obter uma mais valia global. Assim, produz-se o que seria uma “globalização perversa”, marcada pela tirania do dinheiro e da informação, pautada no prisma da competitividade, ao lado do aumento do desemprego, pobreza e perda de qualidade de vida.

O cenário de análises territoriais da Geografia brasileira desse século se apresenta como influenciado tanto pelas contribuições teóricas internas à ciência quanto pelas mudanças nas formas de acumulação, produção e apreensão do espaço. Desse modo, surgiram obras e análises nos últimos anos com a preocupação precípua de se aprofundarem sobre o conceito de território.

4 – A proclamação do retorno do território nos anos de 1990 e 2000

Já na obra “*Território, globalização e fragmentação*”, organizada pelos professores da USP Milton Santos, Maria Adélia Souza e Maria Laura Silveira, autores ligados à Geografia tratavam das territorialidades e desterritorialidades nesse mundo em mutação. Inclusive uma das partes da obra (a terceira), de grande popularidade na Geografia brasileira, apresenta como título “Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: Os limites do poder nacional e local”.

Andrade (2002) destaca que a territorialidade “pode ser encarada tanto como aquilo que se encontra no território e está sujeito à gestão do mesmo, quanto como, (...) o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território” (p. 214). A expansão do território,

⁶ Claval (1999) trata da perspectiva do território na pós-modernidade e reconhece as mutações pelas quais o conceito passou com o declínio das filosofias e ideologias vigentes no século XX e a fragilização das identidades, com uma preocupação crescente com a diferenciação dos lugares como referenciais de distinção espacial. No entanto, essa pseudo “compressão espacial” só fez aumentar as diferenciações geográficas entre lugares quanto ao acesso ao capital, tecnologia e benefícios sociais, diante dos movimentos e relações de poder nas escalas territoriais do global até o local, passando pela nacional e regional.

mais precisamente da difusão espacial do modelo capitalista de produção, amplia a territorialidade e produz desterritorialidades nos grupos que se sentem prejudicados pela forma e violência do processo de expansão. E a reação a essa desterritorialidade pode produzir novas territorialidades.

Corrêa (2002), por sua vez, caracteriza a territorialidade definida pela corporação “*Sousa Cruz*” a partir do Rio Grande do Sul, definindo o território como o espaço apropriado tanto efetivamente, por instituições e grupos econômicos, como afetivamente, por grupos sociais em termos de sentimentos e simbolismos. E, nesse sentido, a territorialidade se define pelo “conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um dado agente social (Estado, diferentes grupos sociais, empresas)” (p. 252).

Milton Santos, na obra "*A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*", de 1996, expõe três maneiras de se abordar o território considerando as relações entre sociedade, economia, política e espaço: *a*) pela ótica da divisão territorial do trabalho, pela distribuição desigual de recursos e capitais entre os lugares, em processo denominado de divisão internacional do trabalho; *b*) as normas do território tanto as locais quanto as globais, estabelecendo cooperação e controle em um “processo produtivo tecnicamente fragmentado e geograficamente espalhado e que exige permanente reunificação” (p. 185) e *c*) as redes e sua relação de solidariedade com a totalidade do território (país, Estado e formação socioespacial⁶) e pela perspectiva dialética de relação com o território, “mediante um controle local da parcela técnica da produção e um controle remoto da parcela política da produção”.

Na obra *Geografia: Conceitos e temas*, de 1995, organizada por Iná Elias Castro, Paulo César da Costa Gomes e Roberto Lobato Corrêa, com pesquisadores e docentes ligados a universidades do Rio de Janeiro, quatro de seus capítulos remetem a questões ligadas diretamente à abordagem territorial.

Em texto de Marcelo Lopes de Souza (1999), se define o território como criado e projetado por relações de poder e de busca por autonomia, sendo, pois, referendado por suas territorialidades flexíveis e em rede (território da prostituição, dos camelôs, dos nordestinos, do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro), que seriam as relações sociais projetadas no espaço e por uma concepção crítica sobre o desenvolvimento socioespacial. Rogério Haesbaert da Costa (1999) vai tratar da ideia de desterritorialização como perda de identidade e de vínculos com um território pela mobilidade

⁶ Segundo Santos (2002), a formação socioespacial pode ser definida através da identificação e designação das formações sociais nascidas do desenvolvimento desigual das forças produtivas e das transformações nas relações sociais. Envolve também as determinações históricas sucessivas que marcam a passagem dos modos de produção, sendo interpretadas através da superposição e acumulação de formas, incluindo a paisagem geográfica. É definida também pela participação do Estado nacional como criador de infraestruturas, mas, também, de atividades e empregos cuja localização não é obrigatoriamente subordinada à lei do mercado.

geográfica do capitalismo globalizado, que constitui os territórios em rede e produz o desenraizamento de grupos sociais, sendo a forma mais violenta desse processo aquela que se dá pela constituição dos aglomerados de exclusão (refugiados de guerra e secas, favelizados).

Egler (1999), na mesma obra, faz uma retomada da discussão regional no Brasil (ou das desigualdades regionais), tratando da mudança na prática do planejamento regional associada a duas perspectivas: *a)* da integração territorial, definida pela “síntese concreta dos processos de divisão técnica e social do trabalho, de concentração produtiva e de centralização financeira do território” e *b)* da gestão territorial, pensando nas novas formas de relação entre Estado e região face à crise do padrão de acumulação, do avanço do conhecimento técnico-científico e das novas perspectivas de localizações industriais.

Por fim, Becker (1999) evidencia a discussão territorial nas relações que se estabelecem entre uma valorização do território e o advento de novas tecnologias que se pautam, de forma crescente, na circulação e na velocidade (logística), criando uma nova estrutura de relações espaço-tempo e introduzindo fortes diferenciações no território nacional. Além disso, coloca-se como marco de uma nova racionalidade para o uso e ordenamento do território a perspectiva do desenvolvimento sustentável, paradigma que estaria mais atrelado a qualidade e ciclo de vida do produto do que a questões puramente ambientais.

Milton Santos, em obra de 2000 (*Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*), contrapõe o território do dinheiro (*definido pelas atividades econômicas, intercâmbios, especializações produtivas regionais e pelo dinheiro global*) ao território do cotidiano (*do lugar e espaço vivido, das populações pobres, da vizinhança, da cidadania*), colocando, lado a lado, a verticalidade da ação global desterritorializadora, criadora da esquizofrenia do lugar, e a horizontalidade das relações da solidariedade no nível local.

Nesse movimento geral, Spósito, em obra de 2003 (*Geografia e filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico*), já destaca a importância do “território” como conceito geográfico e componente fundamental do edifício filosófico da ciência geográfica e da construção de seus vários métodos. Assim o autor conclui que

(...) o território, enfim, condição básica e referência histórica para a consolidação e expansão capitalista, permanece com sua importância como suporte e como materialização das relações sociais de produção, exprimindo com muita força ainda seu caráter política (SPÓSITO, 2003, p. 116).

5. Desterritorialização, territorialidades e outras perspectivas territoriais

No avançar dos anos 2000, duas obras se destacaram pela ambição de suas propostas de analisarem detalhadamente diferentes aspectos sobre o conceito de “território”, com uso de ampla

literatura estrangeira e nacional. São obras importantes para a “epistemologia geográfica brasileira” sobre o conceito de território, também por destacarem a leitura territorial no contexto histórico atual. As duas obras, cabe salientar, são fruto de estudos de pós-doutoramento de seus autores em universidades europeias.

Em 2004, é lançada a obra *O mito da desterritorialização: Do fim dos territórios à multiterritorialidade*, de Rogério Haesbaert da Costa. O autor investiga a hipótese da desterritorialização e do “colapso” dos limites territoriais devido ao processo de globalização econômica, propondo primeiro uma abordagem integradora do conceito, em termos políticos, econômicos e culturais e, em segundo plano, tratando da desterritorialização como um processo dinâmico de mobilidade funcional do capital entre territórios (territórios em rede), definindo novas territorialidades (reterritorialização) e simultaneamente em vários lugares (multiterritorialidade), além das próprias desterritorializações e territorializações precárias de massas de trabalhadores, imigrantes e classes subalternas em situação de “pobreza” e “violência” extremas, os aglomerados de exclusão.

Em 2007 é lançada a obra *Abordagens e concepções de território*, de Marco Aurélio Saquet. Nela o autor propõe uma análise crítica sobre o conceito de território e suas várias formas de referenciação, uso e aplicação, através das perspectivas do desenvolvimento territorial, das redes, das escalas geográficas, das territorialidades, da desterritorialização e reterritorialização e da regionalização e configuração territorial. Ao final do estudo, o autor afirma que o território deve ser trabalhado como unidade processual, relacional e como mediação para estudos dos fenômenos econômicos, políticos, culturais e externos, considerando-se tanto os aspectos materiais como os imateriais.

E, por fim, é possível destacar mais outras correntes que têm se pronunciado na Geografia e áreas afins para reivindicar o uso do conceito de “território”, em diferentes perspectivas teóricas e ideológicas. A primeira, a linha de análise do “desenvolvimento territorial” e da “territorialização do desenvolvimento”, como nos aponta Saquet (2007), destacando, sobretudo, a influência de autores italianos, como Bagnasco, Indovina e Becattini, franceses, como Benko e Lipietz, e estadunidenses, como Scott e Storper, no entendimento dos usos capitalistas do território.

Em artigo de Dallabrida, Siedenberg e Fernández, intitulado “Desenvolvimento a partir da perspectiva territorial”, de 2004, afirma-se que a discussão sobre a territorialização do desenvolvimento concebe a ideia de que cidades, regiões e territórios não são apenas “suportes passivos” da localização das atividades econômicas, mas podem se transformar em ambientes espaciais ativos, assumindo certo protagonismo na decisão de seus destinos, com sistemas

territoriais de produção que se desenvolvam não somente pela dependência de regiões mais urbanizadas e industrializadas.

Pires, em artigo de 2007, segue também nessa linha de ênfase no desenvolvimento das localidades e regiões, afirmando que a relação entre território e desenvolvimento, as lógicas territoriais, implicam em processos de mudança social dinamizados por expectativas territorialmente localizadas e que partem de uma ação coletiva de caráter intencional de agentes e instituições para o desenvolvimento. Assim, essas lógicas territoriais do desenvolvimento seriam a das escalas (de análise e intervenção), do ator coletivo, das redes e das ações. Tais investigações que partem do pressuposto do “desenvolvimento em perspectiva territorial” se colocam na fronteira de conhecimento da Geografia com a Economia, Sociologia e outras áreas.

Outra linha de investigação que tem se destacado é a que trabalha com a noção de “movimentos socioterritoriais”. Partindo da ideia de multidimensionalidade do conceito de território, Fernandes (2005) define o movimento socioterritorial como a perspectiva geográfica de estudo de um grupo social ou sujeito coletivo que se organiza para desenvolver uma determinada ação em torno de um território, como é o caso brasileiro dos movimentos sociais de luta pela terra. Pedon (2009) complementa que o movimento socioterritorial pode ser considerado como uma forma de organização da classe trabalhadora, considerando os grupos populares ou as camadas populares excluídas e subordinadas. Assim, Fernandes (2005) complementa que

Alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfretamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios. A criação ou conquista de um território pode acontecer com a desterritorialização e com a reterritorialização. Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade (2005, p. 30).

Uma perspectiva emergente, associada à forte influência do método fenomenológico-hermenêutico, é a que propõe a discussão sobre as “microterritorialidades”, sobretudo as urbanas. Turra (2004) busca entender, em seu trabalho de mestrado, como o movimento *punk* (*classificado como um movimento de juventude*) da cidade de Londrina representa, se apropria e cria identidades com os territórios urbanos, esses territórios e territorialidades em escala micro, dos indivíduos e grupos sociais na perspectiva do cotidiano de relações. Fortuna (2012) define a microterritorialidade como as modalidades de socialização articuladas em torno de valores, afetos e subjetividades, acolhendo formas de reorganização social não-institucionais, transformações radicais de valores e estilos de vida e visões fragmentares da vida urbana e metropolitana.

4. Considerações finais

O presente artigo buscou construir um quadro teórico no sentido de reconhecer e identificar a importância da contribuição geográfica para a discussão territorial, delineando suas principais linhas de investigação, influências teóricas e ideológicas na perspectiva de seus discursos e autores, buscando dar uma visão de totalidade e unidade mínima às pesquisas realizadas no Brasil nos últimos vinte anos, tomando como referência o período histórico contemporâneo que alguns autores definem como simultaneamente pós-moderno e globalizado.

O presente texto propôs uma investigação, através de uma aproximação teórica e esboço de análise, sobre algumas das principais contribuições da Geografia brasileira sobre o estudo do conceito/categoria de "território". A análise compreende contribuições mais recentes que permitem identificar alguns níveis preliminares de conclusão. Assim, foi possível reconhecer que a definição de território na passagem dos anos 1980 para os 1990 traz autores que associam o conceito ao Estado-nação, à dimensão político-jurídica do território em sua evolução histórica, seja através das territorialidades e fronteiras estatais, seja através das formações socioespaciais. Dos anos 1990 em diante, surgem inúmeras contribuições a destacar também os aspectos culturais e econômicos dos territórios e as territorialidades e a buscar compreender os diversos usos dos territórios em perspectiva multiescalar. Por fim, constatou-se que linhas de análise mais contemporâneas têm destacado as diversidades e dinâmicas territoriais através dos movimentos socioespaciais de populações, atividades econômicas e sociais e grupos sociais, que têm dado substância ao entendimento das desterritorializações, dos movimentos socioterritoriais, das estratégias de desenvolvimento territorial e das microterritorialidades urbanas, inspirando pesquisadores da Geografia brasileira a investigar o território em suas diferentes nuances e perspectivas teóricas, passando pelo estruturalismo - marxista, o regulacionismo - marxista ou institucionalista/liberal, o culturalismo-fenomenológico ou marxista, ou integrando teorias em um olhar mais sistêmico.

Para Santos (2002), o retorno do território, como noção importante para a análise social, se dá como superação do conceito herdado da modernidade que limitava o território como fundamento do Estado-nação, que o moldava. Assim, com a transnacionalização do território, criam-se novas sinergias e novos vetores de funcionamento do território, como as perspectivas dialéticas que colocam lado a lado as horizontalidades e verticalidades, os lugares contíguos e os lugares em rede, o acontecer homólogo e o acontecer hierárquico, as normas locais e as normas globais. Assim, Santos (2003, p. 96) enfatiza que

(...) o território não é apenas resultados da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e

mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influi.

Trata-se, na verdade, de diferentes formas de entendimento da relação entre objetos e ações que definem o espaço humano ou habitado em contexto de intercâmbios crescentes e uma integração entre ciência, tecnologia e informação cada vez mais especializadas. Desse modo, consideramos relevante retornar à análise dos discursos produzidos até então sobre o conceito de território naquilo que já pode ser considerado um corpo denso de produção que se coloca à disposição da ciência geográfica brasileira desde fins dos anos 1980 e início dos anos 1990, rumo ao século XXI.

5. Referências

- ANDRADE, Manuel C. **A questão do território no Brasil**. 2a. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- ANDRADE, Manuel C. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: Os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Maria L., **Território: Globalização e fragmentação**. 5ª. Ed., São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002, p. 213-220.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede: A era da informação-economia, sociedade e cultura**. 6a. edição. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Iná E. **Geografia política: Território, escalas de ação e instituições**. RJ: Bertrand Brasil, 2005.
- CAVALCANTI, Lana. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 1998.
- CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **Geographia**, Niterói, UFF, ano 1, n.2, 1999.
- CORRÊA, Roberto L. **Região e organização espacial**. SP: Ática, _____ . Territorialidade e corporação. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L., **Território: Globalização e fragmentação**. 5ª. Ed., São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002, p. 213-220.
- COSTA, Rogério H. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. **Territórios alternativos**. SP/RJ: Contexto e EdUFF, 2002.
- _____. A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E., et. al, **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 165-206.
- DALLABRIDA, Valdir R.; SIEDENBERG, Dieter R.; FERNANDEZ, Victor R. Desenvolvimento a partir da perspectiva territorial. **Desenvolvimento em questão**, Ijuí/RS, Unijuí, ano 2, n. 4, jul./dez. 2004.
- FERNANDES, Bernardo M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuições teóricas para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 8, n.6, jan./jun. 2005.
- FORTUNA, Carlos. (Micro) territorialidade: Metáfora dissidente do social. **Terra Plural**, Ponta Grossa, UEPG, v. 6, n.2, p. 199-214, jul./dez. 2012.
- FRESCA, Tânia M. Rede urbana e divisão territorial do trabalho. **Geografia**, Londrina, UEL, v. 19,

n. 2, 2010.

FUINI, Lucas L. **Manifestações da governança territorial no Brasil:** Um estudo do Circuito das Águas paulista e do Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais. Tese (Doutorado), Rio Claro, Programa de Pós-graduação em Geografia, IGCE, Unesp, 2010, 191 f.

_____. **A relação entre competitividade e território no Circuito das Malhas do Sul de Minas.** Dissertação (Mestrado), Rio Claro, Programa de Pós-graduação em Geografia, IGCE, Unesp, 2007, 198 f.

_____. **A dimensão territorial do mercado de trabalho:** Um estudo de Arranjos Produtivos Locais. Monografia (Bacharelado), Rio Claro, Graduação em Geografia, IGCE, Unesp, 2005, 183 f.

HARVEY, David **Condição Pós-moderna:** Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. SP: Loyola, 1989.

LÊNIN, Vladimir. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MAGNOLI, Demétrio. **História da Paz.** São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MARCONI, Marina. de A.; LAKATOS, Eva. M. **Metodologia do trabalho científico.** 7ª. Ed. SP: Atlas, 2012.

MORAES, Antônio C. R. **Território e história no Brasil.** SP: Hucitec/Anna Blume, 2002.

NEVES, Gervásio R. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L., **Território: Globalização e fragmentação.** 5ª. Ed., São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002, p. 270-282.

PEDON, Nelson R. **Movimentos socioterritoriais:** Uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Geografia, FCT, Unesp- Presidente Prudente, 2009, 239 f.

PIRES, Elson L. S. As lógicas territoriais do desenvolvimento: Diversidades e regulação. **Interações-Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, UCDB, v. 8, n. 2, p. 155-163, set. 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia política e desenvolvimento sustentável. **Terra Livre**, São Paulo, AGB, n. 11-12, p. 9-76, ago/1992-ago/1993.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** SP: Ática, 1993.

SACK, Robert. **Human territoriality: Its theory and history.** Cambridge: Cambridge University Press.

SANTOS, Marcos. **Espaço e método.** SP: Hucitec, 1992.

_____. **A natureza do espaço:** Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma outra globalização:** Do pensamento único à consciência universal. SP/RJ: Record, 2003.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Maria L., **Território: Globalização e fragmentação.** 5ª. Ed., São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002.

_____. **Por uma Geografia nova:** Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. SP: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI.** 10 a. ed., São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2010.

SAQUET, Marcos A. Contribuições para o entendimento da obra de Manuel Correia de Andrade: Geografia,

região, espaço e território. **GeoUERJ**, ano 12, n. 21, v.2, 2º. Sem. de 2010.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOUZA, Marcelo L. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E., et. al, **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 77-116.

SPÓSITO, Eliseu S. **Geografia e Filosofia: Contribuições para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Edunesp, 2003.

TURRA, Nécio. **Enterrado vivo: Identidade punk e território em Londrina**. SP: Unesp, 2004.

WEISZFLOG, Walter. **Minidicionário Michaelis da Língua Portuguesa**. SP: Melhoramentos, 2000.